

Casos Master e Will Bank reforçam urgência de novo marco regulatório do sistema financeiro!

Os casos do Banco Master e Will Bank escancararam as fragilidades do sistema financeiro quando a lógica da especulação, desregulamentação e promiscuidade política se sobrepõe ao interesse público. A liquidação destas instituições, segundo as investigações, traz indícios consistentes de um sofisticado esquema de fraude financeira, com múltiplas camadas, que envolveriam diversas instituições e mecanismos para dificultar a fiscalização.

Após meses de investigação, quem paga essa conta? Os trabalhadores são vítimas diretas. São centenas de famílias que vivem a

realidade ou o medo do desemprego, do desamparo social, quando um banco entra em liquidação. Os clientes também sofrem. Muitos investiram suas economias, confiaram na solidez das instituições e agora enfrentam incertezas e prejuízos.

Somente com as liquidações do Master e Will Bank, os resgates no FGC (Fundo Garantidor de Crédito) devem somar cerca de R\$ 47 bilhões. Valor que terá de ser recomposto pelos bancos, que elevarão metas e encarecerão o crédito para arcar com o rombo.

“O Master e o Will Bank são exemplos das consequências da desregulação no sistema financeiro, principalmente na gestão de Campos Neto no Banco Central. O mesmo Campos Neto que, segundo reportagem do Estadão, já sabia dos problemas no Master em 2024 e evitou medidas contra o banco. São centenas de demitidos e milhares de clientes prejudicados. O Sindicato, de forma imediata, atua para assegurar que os direitos dos demitidos, invisíveis no debate público, sejam respeitados”, diz a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

O Sindicato defende a regulação sólida do sistema financeiro nas esferas tributária,

regulatória e trabalhista, fortalecendo a atuação do Banco Central e ampliando a fiscalização integrada com outros órgãos como CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Previc, Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda e Receita Federal

A própria Fenaban (federação dos bancos) passou a criticar as assimetrias regulatórias no sistema financeiro, reclamação do Sindicato na questão trabalhista há anos.

É urgente, sobretudo, fazer justiça aos trabalhadores de fintechs e outras instituições não bancárias do sistema financeiro, enquadrando-os na categoria bancária, uma vez que atuam como bancários, mas sem direito às conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho.

“O Brasil precisa avançar em um novo marco regulatório, que garanta estabilidade econômica, proteção social, justiça tributária, segurança jurídica e respeito aos direitos trabalhistas. Defender os bancários é defender o interesse público, a democracia e o desenvolvimento sustentável. Sem regulação forte, fiscalização rigorosa e proteção ao trabalho, seguiremos repetindo crises que penalizam sempre os mesmos: trabalhadores e a sociedade”, conclui Neiva Ribeiro.



Manifestação do Sindicato na sede do Banco Master.

Banco Votorantim demite 200 e coage bancários

O Banco Votorantim (BV) demitiu 200 trabalhadores em janeiro alegando “reestruturação organizacional”. Além de demitir centenas de trabalhadores, o BV estaria coagindo os demitidos a assinarem acordo extrajudicial com quitação total dos direitos trabalhistas. Para piorar, o banco incluiu no acordo extrajudicial, como “vantagem”, a PLR.

Diante disso, o Sindicato realizou protesto na matriz do banco, em 21 de janeiro, e uma plenária com os trabalhadores, em 22 de janeiro, quando foram reforçados relatos de coação por parte do BV, além de casos de assédio moral, falta de transparência e desprezo do RH.

“O BV, que cresceu 18% em 2025, não tem justificativa para demitir centenas de trabalhadores. Além disso, por ser uma demissão em massa, o banco deveria ter aberto diálogo prévio com o Sindicato. É ainda mais inadmissível a coação para assinatura de acordo, relacionando a PLR, um direito garantido, como vantagem. Um absurdo possível graças ao fim da obrigatoriedade da homologação no Sindicato, uma das mudanças da reforma trabalhista”, diz a secretária-geral do Sindicato, Lucimara Malaquias.

“Cobramos que o BV pare as demissões, suspenda os acordos extrajudiciais e inicie negociação coletiva com a participação do Sindicato”, acrescenta.

Orientações

O Sindicato orienta os trabalhadores a não assinarem o acordo extrajudicial. Além disso, alerta para o fato de que a PLR é uma conquista garantida na Convenção Coletiva de Trabalho. Todos os demitidos em janeiro de 2026 têm direito à PLR integral, e todos os demitidos entre agosto e dezembro de 2025 têm direito à PLR proporcional.

O Sindicato disponibiliza aos trabalhadores um simulador pré-homologação, para conferência prévia das verbas rescisórias; e um simulador de PLR e PPR, para obter estimativas dos valores.



(Foto: SEEB)



ACESSE O QR CODE E FAÇA A PRÉ-HOMOLOGAÇÃO



ACESSE O QR CODE E SIMULE PLR E PPR

Sindicato protesta contra demissões no Itaú

Diante das dezenas de demissões promovidas pelo Itaú neste início de ano, o Sindicato iniciou uma série de protestos nos centros administrativos e agências do banco. As primeiras atividades ocorreram em 27 de janeiro, no CTO, e no dia 28 do mesmo mês, no Ceic.

“Estamos protestando em defesa do emprego, contra o fechamento de unidades bancárias e para denunciar a falta de critérios claros utilizados pelo banco para descartar trabalhadores”, destaca Sérgio Francisco, diretor do Sindicato e bancário do Itaú.

Ao ser questionado pelo Sindicato, o Itaú adotou uma postura de normalização das demissões, alegando “encerramento de ciclos de avaliações”, “baixa performance” e “reestruturações”.

Segundo apurações do Sindicato, nas reuniões virtuais para comunicar a demissão, mui-

tas vezes nem o próprio gestor consegue dar ao bancário uma explicação plausível.

“Na falta de argumentos, a desculpa padrão é ‘baixa performance’. Não aceitamos essas justificativas. A pressão por metas abusivas e a sobrecarga de trabalho não são exceção. São a regra que gera uma epidemia de doenças mentais na categoria”, afirma Sérgio.

Além das demissões, as mobilizações são impulsionadas pelas inúmeras denúncias sobre as condições de trabalho massacrantes, assédio moral e um clima constante de medo no Itaú.

“Essa situação é injustificável para um banco que projeta lucrar quase R\$ 40 bilhões em 2025. Intensificaremos os protestos nos centros administrativos e agências enquanto houver demissões sem justificativas, metas abusivas e assédio moral”, conclui Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.



Os dirigentes sindicais Jair Alves, Mércia Oliveira, Neiva Ribeiro e Sérgio Francisco

(Foto: SEEB)

Em 10 anos, bancos fecharam em média 45 agências por mês

Em 2015, o Brasil possuía 20.391 agências bancárias. Em 2025, este número caiu para 14.995. São mais de 5.400 agências fechadas em 10 anos. Média de aproximadamente 45 agências fechadas por mês.

O fechamento de agências, além de contribuir para a drástica redução no número de postos de trabalho bancário e sobrecarregar trabalhadores que seguem nas unidades abertas – prejudica a população e o comércio local, principalmente em regiões periféricas e pequenos municípios.

Entre 2015 e 2024, a categoria bancária saiu de 504.345 mil trabalhadores para 424.021 mil, redução de 80.324 empregos.

“O resultado é o atendimento precarizado à população, além de mais metas abusivas, mais pressão e mais sobrecarga de trabalho para os bancários, acarretando na evidente epidemia de adoecimento na categoria, especialmente por questões de saúde mental”, avalia a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

Enquanto os bancos fecham agências e cortam postos de trabalho, cooperativas de crédito e fintechs ganham espaço. Entre 2015 e 2025, o número de pontos de atendimento de cooperativas mais que dobrou, saltando de 4.470 para 9.822, alta de 120%. O número de funcionários passou de 54.995 em 2015 para 122.196 em 2024, uma variação de 122,4%.

Já em relação às fintechs, o número de empresas autorizadas pelo Banco Central que operam neste modelo saltou de uma em 2016 para 330 em 2025. Para além das autorizadas formalmente pelo BC, segundo levantamento da A&S Partners, o número total de fintechs no Brasil saltou 77% desde 2020, alcançando mais de duas mil empresas no setor.

“Enquanto bancos fecham agências e cortam empregos; cooperativas e fintechs, que na prática atuam como bancos, ampliam presença e absorvem trabalhadores, que deixam de ser bancários e, por consequência, recebem menos e perdem direitos. Defendemos uma re-



gulação do sistema financeiro que aplique para estas empresas as mesmas normas exigidas dos bancos, em especial na esfera trabalhista. É preciso fazer justiça a estes trabalhadores que atuam de fato como bancários, mas sem a mesma remuneração e direitos da nossa categoria”, enfatiza a presidenta do Sindicato.

“Por sua vez, os bancos devem cumprir sua função social, abandonando esta política de fechamento de agências e corte de empregos, de forma que seja assegurado atendimento de qualidade para a população e condições de trabalho adequadas para os bancários”, conclui.

Trabalhadores do Itaú aprovam acordo com importantes avanços

Em assembleia virtual realizada em 13 de janeiro, os trabalhadores do Itaú e de outras empresas do grupo, da base do Sindicato, aprovaram, com 95,48% dos votos, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que prevê uma série de garantias aos empregados.

“O acordo prevê regras mais transparentes e éticas nas relações de trabalho. Conquistamos ainda o reajuste do auxílio teletrabalho e das bolsas de graduação e pós. Foi a nossa mobilização que fez com que as negociações com o banco avançassem, principalmente em relação ao teletrabalho, impondo limites para o uso de novas tecnologias no monitoramento dos trabalhadores. Temos muito ainda que avançar, mas com certeza trata-se de um marco nesse sentido, ao primar pela garantia da privacidade e intimidade dos trabalhadores”, celebra a diretora-executiva do Sindicato e coordenadora da COE Itaú (Comissão de Organização dos Empregados do Itaú), Valeska Pincovai.

PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO APROVADO

- ▶ Reajuste do auxílio educação: 70% da mensalidade (limitado em R\$ 631,32/mês);
- ▶ 5.500 bolsas de graduação ou pós-graduação, todas reajustadas em 5,22% (INPC mais 1% de aumento real);
- ▶ Reajuste do auxílio de teletrabalho em 5,22%, que passará a R\$ 115,14 mensais (ou R\$ 1.381,68 anuais), e a formalização de regras e garantias para o trabalho remoto;
- ▶ Controle e validação da jornada de trabalho, com canal específico para que irregularidades sejam denunciadas ao Sindicato pelo e-mail quitacaohoraextraitaui@spbancarios.com.br;
- ▶ Regras e fiscalização do banco de horas, garantindo melhorias nas formas de compensação;
- ▶ Gestão ética da tecnologia para que abusos sejam coibidos;



- ▶ Programa de Acolhimento voltado para empregados e empregadas que ficam afastados do trabalho na rede de agências físicas ou digitais por período igual ou superior a 180 dias, com redução das metas;
- ▶ Instituição da Mesa Bipartite de negociação, garantindo diálogo permanente sobre quaisquer medidas de reestruturação ou fechamento de agências.

Conquista: Isenção do IR vai colocar até R\$ 4.171,76 a mais no bolso do trabalhador!

Está em vigor a Lei 15.270/2025, sancionada pelo presidente Lula em 26 de novembro do ano passado, que isenta do Imposto de Renda (IR) trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil e reduz o tributo para quem ganha até R\$ 7.350, além de fazer com que os mais ricos paguem uma alíquota de até 10% sobre o total dos seus rendimentos.

A isenção – promessa de campanha do presidente Lula, que beneficia 15 milhões de brasileiros, vai colocar R\$ 4.171,76 a mais no bolso do trabalhador que recebe R\$ 5 mil mensais. Com esse valor, é possível comprar, por exemplo, celulares, TVs de 50 polegadas, um pacote de viagens para a família, notebook, investir na qualificação profissional, ou até mesmo aplicar o dinheiro.

Justiça tributária

A Lei 15.270/2025 cria uma alíquota de até 10% para quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano, o equivalente a R\$ 50 mil mensais. Entram nessa conta (de mais R\$ 600 mil por ano) salário, renda com aluguéis, dividendos e outros rendimentos (não entram na soma herança e venda de bens).

Quem tem apenas o salário como fonte de renda não será afetado pela nova regra, que irá impactar apenas 141,4 mil pessoas, que correspondem a 0,06% da população brasileira e 0,13% de todos os contribuintes do país.

Bandeira de luta do Sindicato

A luta dos bancários e de toda classe trabalhadora foi determinante para a aprovação da isenção do imposto de renda até R\$ 5 mil. A adoção de medidas de justiça tributária, tornando o sistema brasileiro progressivo – no qual os super ricos passem de fato a pagar impostos e quem ganha menos, pague menos – é uma bandeira de luta histórica do Sindicato.

Em 18 de janeiro de 2023, quando o governo Lula não havia completado nem um mês, o presidente da República se reuniu com mais de 600 sindicalistas no Palácio do Planalto – entre eles a presidenta do Sindicato – e anunciou, entre outras medidas do interesse da classe trabalhadora, a proposta de isenção do IR até R\$ 5 mil.

Desde então, o Sindicato esteve nas ruas, locais de trabalho, redes e no parlamento defendendo a importância da aprovação da proposta, enviada formalmente ao Congresso em 18 de março de 2025.

Reivindicação esta que constava na Pauta da Classe Trabalhadora, entregue em 29 de abril de 2025, na Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, ao presidente da República, da Câmara, do Senado, do STF (Supremo Tribunal Federal) e do TST (Tribunal Superior do Trabalho).



Bancários na Marcha da Classe Trabalhadora, na qual foi reivindicada a isenção do IR até R\$ 5 mil, hoje em vigor.

O Sindicato também esteve mobilizado em apoio ao Plebiscito Popular 2025, iniciativa da CUT e demais centrais sindicais que angariou mais de dois milhões de votos, evidenciando o amplo apoio da população à isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil e também ao fim da escala 6x1.

“Apesar da resistência do Congresso em atender as necessidades e anseios reais da população brasileira – muitas vezes priorizando pautas que em nada interessam aos trabalhadores como a PEC da Blindagem e a anistia para quem atentou contra a democracia – a pressão popular, dos trabalhadores, foi determinante para a aprovação do projeto. Essa é uma vitória imensa, que prova a força da classe trabalhadora e muda a vida das pessoas para melhor. Seguiremos na luta por outras medidas que proporcionem mais dignidade e qualidade de vida ao trabalhador brasileiro como, por exemplo, o fim da escala 6x1”, conclui a presidenta do Sindicato.

ECONOMIA POR FAIXA DE RENDA COM A LEI 15.270/2025

Segundo levantamento do Dieese, mais de 30% da categoria bancária ficou isenta ou pagará menos IR. São cerca de 122 mil bancários beneficiados. Destes, 45,9 mil estão totalmente isentos do IR, uma economia estimada de R\$ 111,1 milhões para este grupo.

Salário Bruto	Base de Cálculo (dedução INSS ou simplificado)*	Imposto sem desconto	Desconto aplicado para o IRPF 2026	Imposto a pagar em 2026	Economia Anual disponível (inclui 13º e férias)
R\$ 5.000	R\$ 4.392,80	R\$ 312,89	R\$ 312,89	-	R\$ 4.171,76
R\$ 5.500	R\$ 4.892,80	R\$ 436,79	R\$ 246,32	R\$ 190,47	R\$ 3.284,18
R\$ 6.000	R\$ 5.350,40	R\$ 562,63	R\$ 179,75	R\$ 382,88	R\$ 2.396,61
R\$ 6.500	R\$ 5.780,40	R\$ 680,88	R\$ 113,18	R\$ 567,70	R\$ 1.509,03
R\$ 7.000	R\$ 6.210,40	R\$ 799,13	R\$ 46,60	R\$ 752,53	R\$ 621,32
R\$ 7.349	R\$ 6.510,54	R\$ 881,67	R\$ 0,14	R\$ 881,67	R\$ 1,87

Fonte: Receita Federal (<https://www27.receita.fazenda.gov.br/simulador-irpf/>).

Nota: *Utilizada a dedução mais benéfica entre o INSS e a Simplificada



CALCULE SUA ECONOMIA NO SIMULADOR DO SINDICATO



QUEM CONHECE, CURTE!



O sócio do Sindicato, além de financiar a luta em defesa dos direitos, por novas conquistas e valorização, conta com descontos em mais de 20 mil lojas e serviços; paga metade do valor em cursos de qualificação e preparatórios para certificações Anbima; participa do Indica+, programa que premia os bancários que indicarem colegas para se associarem ao Sindicato; tem descontos ou isenções de taxas em eventos esportivos, culturais e de lazer; e muito mais!

ACESSE O QR CODE E FAÇA SUA SINDICALIZAÇÃO!